-Índice

Índice de Gráficos II

Índice de Tabelas III

1. Introdução 1

2. Metodologia

Amostra do estudo 6

Procedimento 7

Instrumentos 7

3. Resultados

Análise fatorial da escala 9

Análise descritiva e apresentação dos resultados 11

4. Discussão e Conclusão 24

5. Referências Bibliográficas 27

Anexos 31

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição por género 11

Gráfico 2 – Idade 12

Gráfico 3 – Estado civil dos progenitores 13

Gráfico 4 – "Estudo e faço os trabalhos da escola" 16

Gráfico 5 – "Se tiver visitas em casa comporto-me bem, com educação" 17

Gráfico 6 – "Trago para casa avaliações da escola com bons resultados" 17

Gráfico 7 – "Arrumo e cuido das minhas coisas" 18

Gráfico 8 – "Recebo recados da escola a dizer que me portei mal" 18

Gráfico 9 – "Minto para esconder maus resultados" 19

Gráfico 10 – "Respeito e cumpro os horários estabelecidos" 19

Gráfico 11 – "Luto com vizinhos e amigos" 20

Gráfico 12 – "Fico furioso e perco o controlo quando algo me corre mal ou não me deixam fazer o que quero" 20

Gráfico 13 – "Envolvo-me facilmente em brigas" 21

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Itens e respetiva carga fatorial da escala de vinculação aos pais 10

Tabela 2 - Escolaridade dos progenitores 13

Tabela 3 - "Os meus confidentes" 14

Tabela 4 – "Os meus comportamentos" 15

Tabela 5 – Correlações Rho de Spearman entre a pontuação na escala de vinculação aos pais e algumas questões comportamentais 22

Tabela 6 – Descrição da vinculação da amostra 22

Tabela 7 – Descrição da vinculação da amostra por género 23

Tabela 8 – Descrição da vinculação da amostra por faixa etária 23

"(...) nenhuma adolescência é fruto do acaso, e grande parte do rumo que toma depende seguramente do que por trás se viveu"(Pedro Strecht, 2005).

1. Introdução

Pode afirmar-se, sem grande risco de errar, que toda a investigação sobre a vinculação decorre da afirmação seminal de Bowlby (1973), segundo a qual, *"Não apenas as crianças como também os seres humanos de todas as idades são mais felizes e mais capazes de evidenciar da melhor forma os seus talentos, quando acreditam que por detrás deles há uma ou mais pessoas em quem confiam que virá em seu auxílio se surgirem dificuldades".*

A tese básica de Bowlby (1958) é que a vinculação do bebé à sua mãe tem por base um reportório comportamental constituído por um certo número de sistemas comportamentais características da espécie. Esses comportamentos (chupar, agarrar, seguir o olhar, chorar e sorrir) que são inicialmente independentes uns dos outros e emergem em diversos momentos do trajeto desenvolvimental, tornam-se organizados e orientados para a mãe ao longo do primeiro ano de vida, e constituem a expressão mais precoce do sistema de *vinculação comportamental* (Ainsworth, 1969). Desta forma, e de acordo com Bretherton & Cramer (1991), a teoria da vinculação impulsionou e revolucionou o pensamento acerca da díade mãe-bebé.

A teoria da vinculação, desenvolvida por Bowlby entre 1969 e 1980, centra-se na ideia de que as experiências que a criança vive na família são determinantes quer para o desenvolvimento da personalidade, quer para a qualidade do desenvolvimento individual, afetando a forma como o indivíduo equacionará as suas relações interpessoais ao longo da vida.

Na perspetiva psicanalítica S. Lebovici (1987) refere que os afetos do bebé parecem conhecer um desenvolvimento e uma maturação ao mesmo título que as outras características da vida psicológica. Eles evoluem para uma diferenciação em sentimentos mais matizados e subis. No início, o bebé reage afetivamente de um modo primário, que esquematicamente se pode situar em dois polos: prazer vs. resolução das tensões; e a tensão vs. angústia.

A teoria da vinculação, como foi referido anteriormente, está diretamente relacionada com os trabalhos desenvolvidos por Bowlby e Ainsworth. Baseia-se, deste modo, no modelo prototípico do desenvolvimento emocional, o qual postula que a ligação mãe-bebé é o modelo das relações futuras, promovendo expectativas acerca de si próprio e do outro que são susceptíveis a influenciar a competência social e o desenvolvimento emocional ao longo da vida (Skolnick, 1986 *cit in.* Ribeiro & Sousa,

2002).

Como refere Soares (2000), quanto mais a investigação sobre qualidade da vinculação avança – sobretudo ao nível do desenvolvimento pessoal - mais interesse suscita no que diz respeito à contribuição que essa "qualidade" pode trazer à compreensão de aspectos da psicopatologia e, consequentemente, do processo terapêutico. "*Perceber a natureza do vínculo que liga a criança à mãe, compreender os padrões de vinculação estabelecidos na infância, entre a criança e a mãe (ou o seu principal cuidador), bem como a influência destes na personalidade futura da criança foram alguns dos grandes objectivos da teoria da vinculação desenvolvida por J. Bowlby"* (Soares, 2000).

Deste modo, os estudos feitos sobre esta temática confirmam a importância do comportamento parental para a segurança da vinculação da criança, nomeadamente a presença de apoio emocional e sensibilidade, com níveis adequados de controlo positivo e baixos níveis de rejeição (Simões, Farate, Soares, Pocinho 2011).

As interpretações desenvolvimentais clássicas sobre a adolescência postulavam que o distanciamento físico dos pais traduziria um enfraquecimento da vinculação ou, ainda, que a progressiva autonomia do adolescente seria favorecida por uma separação, ou mesmo oposição, relativamente aos pais (Machado & Oliveira, 2007).

A capacidade para ser adulto implica psicologicamente que tal seja inteiramente assumido pelas instâncias psicológicas ideais e normativas (ideal do ego e superego), que nesta época da vida são tributárias dos objetos que no passado lhes serviram de modelo (Figueiredo, Ferronha, Vaz, Costa & Fleming, 1983).

Torna-se, assim, claro que os pais têm uma enorme responsabilidade no que diz respeito ao desenvolvimento equilibrado e seguro dos seus filhos. Com efeito, a qualidade do desenvolvimento dos filhos é reveladora da partilha da monitorização dos comportamentos, assim como dos padrões sociais e da aquisição dos valores, contribuindo, deste modo, para a formação da identidade do jovem (Fernandes, 2012).

Como afirmam Mota e Matos (2008), a qualidade da relação de vinculação ganha ainda maior relevância porque irá manifestar-se nas relações futuras. Assim, e segundo Carvalho (2007), a compreensão dos fundamentos do comportamento humano é definida pelo nível de relações interpessoais influenciadas pelo meio social que as rodeia. O ser humano enquanto ser social, sente a necessidade de estabelecer laços sociais e, como tal, manifesta comportamentos orientados para o

estabelecimento de vínculos, como forma de cativar a atenção da figura cuidadora (Trevarthen, 2003).

Ora, a fim de avaliar um repertório social, torna-se necessário definir o conceito de competência social (Bolsoni-silva, 2002). Este conceito tem sido utilizado como equivalente da noção de habilidades sociais. No entanto, alguns autores fazem distinção entre ambos, definindo competência social como um termo sumário que reflete julgamento social sobre a qualidade geral do desempenho individual numa determinada situação (Silvares, 1999 *cit in.* Marinho & Caballo 2012) e habilidades sociais como "um conjunto de comportamentos emitidos por um indivíduo num contexto interpessoal que expressa os sentimentos, atitudes, desejos, opiniões ou direitos desse indivíduo de um modo adequado à situação enquanto minimiza a probabilidade de futuros problemas" (Caballo, 1997 *cit in.* Marinho &Caballo 2012). Assim, indivíduos com maiores habilidades sociais tendem a ser considerados socialmente mais competentes (Marinho & Caballo, 2002).

Segundo Almeida (1997), existem dois tipos de comportamento social: agressivo e assertivo. Tendo em conta esses dois tipos de comportamento, é importante referir que o primeiro é caracterizado pela vontade de magoar o outro, física e/ou psicologicamente. Deste modo, no que diz respeito ao comportamento agressivo, este pode assumir várias formas, nomeadamente a agressividade física, quando a agressão a um indivíduo ocorre através de um ataque físico, ou a agressividade verbal com recurso ao uso de palavras ou expressões verbais com finalidade de magoar ou humilhar (Schaffer, 1996). Relativamente a este tipo de comportamento, é ainda importante referir a agressão social que, segundo Costa e Vale (1998), conduz à exclusão do jovem do seu grupo de pares habitual em função de rumores desagradáveis a seu respeito ou de um processo de ostracização relacional.

Por seu lado, o comportamento assertivo está associado a uma forma de interação social correta. A qualidade quer das relações precoces, quer das relações entre pares durante a adolescência, têm um papel fulcral na aprendizagem social de assertividade. As competências assertivas adquiridas pelo adolescente e que se refletem na interação social, estão intimamente ligadas ao desenvolvimento e bem-estar do adolescente, sendo durante a adolescência que o jovem toma consciência e valoriza o fato de ser alvo de avaliação positiva e aceitação por parte dos pares (Vagos, 2006).

Ora, os jovens que se encontram numa posição de vinculação insegura tendem

a procurar um conforto na sensação de realização própria, autoridade e liberdade de decisão. A procura radical, por parte do jovem, de um estado de independência em relação ao meio, reenvia, não raro, a sentimentos de insegurança e de fragilidade que o podem tornar incapaz de satisfazer as tarefas desenvolvimentais de forma adaptativa (Carlston, 1998 *cit in.* Mota & Matos, 2008). Segundo o mesmo autor, estudos empíricos realizados em jovens cuja vinculação foi classificada como desorganizada na "situação estranha" concluem que estes jovens apresentam mais tarde um risco acrescido de desenvolverem dificuldades ao nível comportamental, incluindo comportamentos internalizados e externalizados de carácter desadaptativo.

Ora, o défice e/ou desajustamento dos comportamentos educativos dos pais são favorecedores da adopção de comportamentos socialmente inadequados por parte dos seus filhos. Tais comportamentos são, então, entendidos como o resultado de défices ou de excedentes comportamentais que prejudicam a interação da criança com pares e adultos (Silva, 2000 *cit in.* Bolsoni-Silva & Marturano, 2002).

Segundo Silva (2004), são várias as funções que são atribuídas à família como instituição social, e que se aplicam tanto ao casal como aos filhos e aos outros membros da família. Essas funções vão desde a reprodução, à economia e à socialização.

Ora, se a noção de comunidade implica que os seus membros desenvolvam um grau substancial de conformidade, a fim de que os indivíduos que nela estão inseridos disponham de uma adequada flexibilidade relacional, é facilmente compreensível a importância da família nos processos de socialização (Silva, 2004).

É ao longo da adolescência que o indivíduo adquire, pouco a pouco, uma nova subjetividade que modifica a representação de si próprio e do outro. A busca de identidade leva à aquisição e hierarquização dos diferentes papéis permitindo-lhe formar um novo Eu que lhe é próprio e característico (Silva 2004).

Posteriormente a essa aquisição do novo EU emerge o desejo de emancipação do adolescente. De um modo geral este desejo emerge mais cedo nas raparigas e orienta-se, em ambos os sexos, para o desenvolvimento de papéis sexuais saudáveis e adaptativos (Almeida, 1987).

Ao longo da adolescência também se desenvolve o processo da progressiva libertação da tutela parental, em favor de uma relação privilegiada com os grupos de pares, na qual o jovem vai adquirir uma identidade social própria. Com efeito, é na relação interpares que o adolescente procura as suas referências identitárias. Após um

longo período de imaturidade, de dependência e de proteção familiar, prepara-se agora para a autonomia (Silva, 2004).

A autonomia na adolescência tem vindo a ser estudada por diversos investigadores (Flemming, 2005; Silverberg & Steinberg, 1987). É com Silverberg & Steinberg (1987) que surge uma das primeiras definições da autonomia. Estes autores consideram que a autonomia é a aptidão para pensar, sentir, tomar decisões e agir por si mesmo. Na adolescência é um processo contínuo e ativo que envolve a manutenção do equilíbrio entre o desejo de independência, e a sua consequente aquisição, e a ligação com a família e a sociedade (Spear & Kulbok, 2004).

No âmbito da vinculação, o processo de institucionalização é acompanhado de sentimentos de perda, abandono e solidão, implicando um confronto com a realidade da negligência e da insensibilidade parental. Essa perda manifesta-se na noção de quebra nos laços afetivos que é receada, de um modo mais ou menos mentalizado, pelos jovens (Strecht, 1998 *cit in.* Mota & Matos, 2008).

No entanto, mesmo quando os jovens estão perante situações de mau-trato e negligência parental, o estar inserido num seio familiar é de alguma forma um fator de organização interna e de proteção (Magalhães, 2004). Assim, a institucionalização pode oferecer vantagens (Strech, 2002). Mora & Matos (2008) referem que o modo como esses jovens encaram o novo "lar" é fundamental para o seu percurso desenvolvimental. Neste novo contexto, tal como no núcleo familiar tradicional, as reações emocionais variam conforme a maior ou menor ligação do adolescente às figuras de vinculação (Bowlby, 1951).

Para a criança ou adolescente institucionalizado, a instituição é, deste modo, o ambiente imediato que maior impacto tem na sua vida. Assim sendo, é necessário ter em atenção, que estas crianças precisam de muito mais que alimentação e um local aonde dormir (Yunes, Miranda & Cuello, 2004, *cit in*. Mota & Matos, 2010).

Deste modo, e Segundo Mota & Matos (2008), se tais condições não se verificam e os jovens desenvolvem uma vinculação insegura tenderão a procurar alternativas de sobrevivência, nomeadamente mecanismos de defesa para evitar o sofrimento. Esses mecanismos contemplam silêncio, a indiferença e o afastamento, em vez da abertura ao outro e da confiança nas interações sociais, em função dos sentimentos de rejeição e de insegurança decorrentes da experiência de não se sentirem aceites de um modo incondicional.

Torna-se, assim de extrema importância que os adultos que recebem esses jovens sejam capazes de acolher toda a revolta e raiva que exteriorizam, devolvendo-lhes um meio estável de confiança e privilegiando a construção de ligações afetivas securizantes (Matos, 2003).

Deste modo, cabe aos cuidadores e a outras figuras de vinculação adoptarem um comportamento que promova a interação social de forma ativa, estável e em resposta aos pedidos de atenção por parte da criança (Guedney, 2004).

O presente estudo tem, precisamente, como objetivo contribuir para a compreensão do impacto da qualidade de vinculação no comportamento social dos adolescentes institucionalizados. A fim de concretizar este objectivo são formuladas as seguintes questões empíricas: a) Qual o tipo de vinculação dominante entre os adolescentes institucionalizados que são objeto desta investigação? b) Será que a qualidade dos comportamentos de vinculação varia em função do género ou do nível de escolaridade dos adolescentes institucionalizados? c) Será identificável uma correlação significativa entre a qualidade dos comportamentos de vinculação e a conduta social dos adolescentes em estudo?

2. Metodologia

Amostra do estudo

Neste estudo participaram 36 crianças/adolescentes, com idades compreendidas entre os 11 e os 18 anos (M=14,28; DP=1,830) institucionalizadas na ADFP (n=19; 52,8%) e na Fundação Francisco de Assis (n=17; 47,2%).

Os critérios de inclusão das crianças/adolescentes neste estudo, tiveram em consideração que as mesmas deviam estar institucionalizadas.

Os dados sociodemográficos permitiram caraterizar a amostra considerando as seguintes variáveis: idade (que por conveniência foi categorizada usando as faixas etárias 11-12 anos; 13-15 anos e 16-18 anos), género (masculino, feminino), ano de escolaridade (do 5º ao 12º ano), idade dos progenitores (pai e mãe), nível de escolaridade dos progenitores (1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo, secundário, licenciatura ou outro), profissão dos progenitores (pai e mãe) estado civil dos pais (casados/vivem juntos, separados/divorciados, viúvos) e existência de irmãos (sim/não). Os participantes foram ainda questionados em primeiro lugar relativamente a uma possível existência de confidentes e em segundo lugar em relação a questões escolares

e comportamentais. A resposta a estas questões foi obtida numa escala Likert de 4 pontos (Nunca, algumas vezes, muitas vezes, sempre).

Procedimento

No âmbito deste estudo foi cumprido um dever ético crucial na investigação e avaliação psicológica, a saber, a confidencialidade das respostas individuais de cada adolescente (Simões, 1995).

A recolha de dados foi feita em 2 Instituições: a Fundação Associação, Desenvolvimento e Formação Profissional (ADFP) e a Comunidade Juvenil Francisco de Assis. Primeiramente foi feito um pedido de autorização às Instituições, para que fosse possível a realização do estudo. Seguidamente foi feito o levantamento da população que abrangia as idades compreendidas entre os 11 e os 18 anos.

Após a resposta positiva foi agendado um dia e uma hora para a deslocação às respetivas instituições (três das respostas foram negativas).

Na fundação ADFP os participantes foram distribuídos na sala por idades, a fim de optimizar a concentração o preenchimento dos questionários. Já na Comunidade Francisco de Assis, os adolescentes foram colocados em salas diferentes por género. Após a leitura da folha de rosto, nenhum dos participantes desistiu, mostrando agrado e contentamento pela ajuda na realização de um estudo.

Instrumentos

Os instrumentos da recolha de dados foram: o Questionário Sociodemográfico e o *Inventory of parent and peer attachment* (IPPA).

Questionário Sociodemográfico:

O questionário utilizado para este estudo foi da autoria da investigadora, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Farate. Para que as questões fossem adequadas para a amostra, foi tido em conta as variáveis em estudo (sociodemográficas, relacionais e comportamentais). O questionário é composto por 3 secções.

Secção I: Dados sobre o adolescente (data de nascimento, idade e sexo).

Secção II: Questões relacionadas com os pais e família (idade, nível de escolaridade, profissão, estado civil e fratria)

Secção III: Comportamentos sociais, secção composta por 12 questões, referentes a diversos comportamentos (escola, casa, grupo de pares).

Inventory of parent and peer attachment (IPPA):

O IPPA é um instrumento psicométrico de auto–relato, desenvolvido por Armsden & Greenberg (1987). Machado & Oliveira, em 2007 validaram as escalas para a população portuguesa. Este instrumento de autoavaliação é constituído por 3 escalas de 25 itens. Cada escala avalia dimensões cognitivo-afectivas da vinculação dos adolescentes ou jovens adultos relativamente aos pais, professores e pares. Cada afirmação tem 5 opções de resposta (escala Likert): 1 (Nunca verdade), 2 (Poucas vezes verdade), 3 (Algumas vezes verdade), 4 (Muitas vezes verdade) e 5 (Sempre verdade). Cada uma das escalas é constituída por 13 itens cotados inversamente que dizem respeito a sentimentos de afastamento emocional ou de incompreensão dos pais para consigo.

O conteúdo dos itens baseia-se nas formulações teóricas da teoria de vinculação de Bowlby, aceitando que à medida que se desenvolvem os processos cognitivos, as representações internas tendem a assumir um papel relevante na forma como o sujeito lida com as relações e no seu bem-estar psicológico. O IPPA avalia as dimensões cognitivo-afetivas da vinculação dos adolescentes (ou jovens adultos) relativamente aos pais (e pares – na versão completa da escala de Armsden & Greenberg, 1987).

As análises factoriais realizadas pelos autores levaram à distinção de três subescalas relativas à representação da vinculação aos pais: subescala de *Confiança* avaliando sentimentos de confiança, compreensão mútua e respeito; subescala de *Comunicação*, medindo a extensão e qualidade de comunicação verbal; e subescala de *Alienação ou zanga*, que diz respeito aos sentimentos de alheamento e isolamento interpessoal (Machado & Oliveira, 2007).

A escolha da utilização da versão "pais" do IPPA resultou tanto de fatores circunstanciais (dificuldade circunstancial no acesso atempado à versão "pares" das escalas), mas também, e sobretudo, de escolhas empíricas: a importância do estudo da qualidade de vinculação às figuras parentais entre estes adolescentes institucionalizados; a fragilidade dos laços interpares, já que se trata de adolescentes deslocados (alguns deles mais de uma vez) do seu local de origem.

Análise estatística

Para a realização deste trabalho recorreu-se ao *SPSS* (Statistical *Package for the Social Sciences*), versão 20.0. De forma a proceder à caracterização da amostra foram determinadas estatísticas descritivas. Calcularam-se medidas de tendência central e de dispersão.

Sempre que se justificou, recorreu-se a estatística não paramétrica (coeficiente de correlação rho de Spearman e testes de Mann-Whitney ou de Kruskal-Wallis para as diferenças). O recurso a este tipo de estatística relacionou-se com a estrutura ordinal das questões em análise.

A consistência interna da "*Escala de vinculação aos pais"* foi determinada recorrendo ao Alpha de Cronbach, tendo-se chegado a um valor de 0,715, o que é bem revelador das suas boas qualidades psicométricas.

3. Resultados

Análise fatorial da escala

Os 25 itens da *"Escala de Vinculação aos Pais"* foram submetidos a uma análise de componentes principais (ACP), tendo-se previamente procedido a uma avaliação da adequação dos dados para análise dos fatores.

A análise da matriz de correlação revelou a presença de vários coeficientes com valores iguais ou superiores a 0,3. O valor do índice de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), igual a 0,641, excedeu o mínimo recomendado de 0,6 (Kaiser, 1970, 1974, *cit in.* Pestana & Gageiro, 2005) e o teste de esfericidade de Barlett (Barlett, 1954), revelou significância estatística (p<0,05), confirmando a fatorialidade da matriz de correlações.

A análise por componentes principais, revelou a presença de seis componentes com *eigenvalue* superior a 1, explicando 72,75% da variância total. Esta solução era de difícil interpretação pelo que se optou por uma análise a três fatores (a fim de ir ao encontro do tratamento processado na versão original da escala), que explicam conjuntamente, 55,46% da variância total.

De seguida, realizou-se uma rotação *Oblimin* cuja solução revelou a presença de uma estrutura simples com três componentes que revelam o valor das cargas de cada um dos fatores que lhe dizem respeito.

Tabela 1. *Itens e respetiva carga fatorial da escala de vinculação aos pais – análise das componentes principais com recurso à rotação Oblimin, forçada a três fatores, regra de Kaiser.*

	Peso Fatorial		
Escala – Itens	**Fator 1**	**Fator 2**	**Fator 3**
1 - Os meus pais respeitam os meus sentimentos	0,870		
2 – Penso que os meus pais são uns bons pais	0,793		
3 – Eu gostava de ter outros pais*	-0,567		
4 – Os meus pais aceitam-me tal como eu sou	0,748		
5 – Eu gosto de pedir a opinião dos meus pais acerca das coisas que me preocupam			0,621
6 – Não vale a pena mostrar os meus sentimentos junto dos meus pais*			-0,621
7 – Os meus conseguem notar quando estou preocupado com alguma coisa			0,419
8 – Eu sinto-me envergonhado ou ridículo quando falo dos meus problemas com os meus pais*		0,604	
9 – Os meus pais esperam demasiado de mim*	0,415		
10 – Irrito-me facilmente com os meus pais*		0,783	
11 – Eu fico irritado mais vezes do que os meus pais dão conta*		0,794	
12 – Quando conversamos sobre algum assunto, os meus pais valorizam a minha opinião	0,834		
13 – Os meus pais confiam nas minhas decisões	0,655		
14 – Os meus pais já têm os seus problemas, por isso eu não os incomodo com os meus*		0,401	
15 – Os meus pais ajudam-me a compreender-me melhor	0,776		
16 – Eu conto aos meus pais os meus problemas e preocupações			0,607
17 – Eu sinto-me zangado com os meus pais*		0,767	
18 – Eu não recebo muita atenção dos meus pais*		0,265	
19 – Os meus pais ajudam-me a falar das minhas preocupações	0,780		
20 – Os meus pais compreendem-me	0,807		
21 – Quando estou zangado com alguma coisa, os meus pais procuram ser compreensivos	0,751		
22 – Eu confio nos meus pais	0,888		
23 – Os meus pais não entendem o que eu estou a passar agora*	0,251		
24 – Eu posso contar com os meus pais quando preciso de desabafar	0,715		
25 – Se os meus pais sabem que algo me está a preocupar, eles perguntam-me o que se passa	0,773		
Variância Total (55,46%)	35,27%	12,11%	7,68%

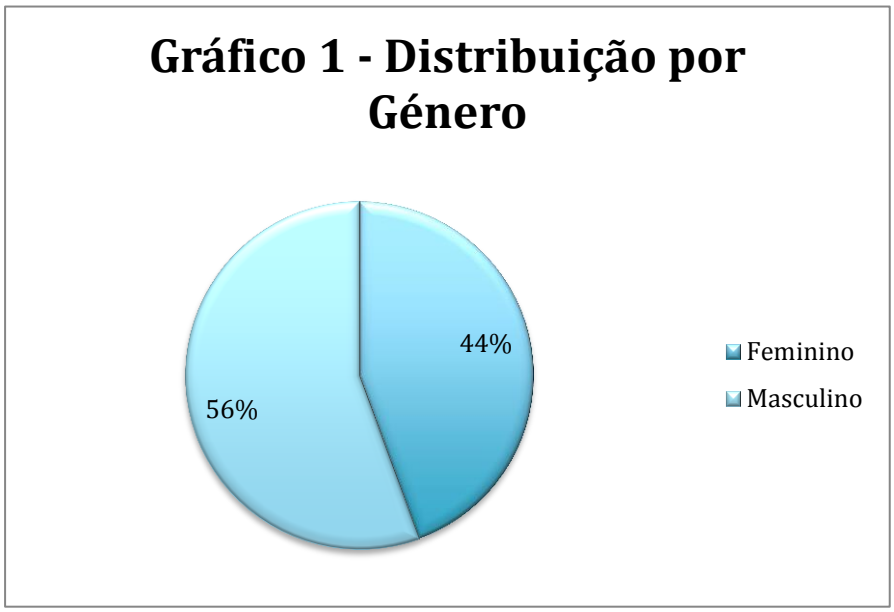
Nota: Os itens assinalados com * foram cotados inversamente.

Os resultados da presente análise revelaram-se semelhantes aos da escala original, apresentando um primeiro fator composto por mais itens, estando os restantes igualmente distribuídos pelos outros dois fatores.

Pela análise do conteúdo dos itens que constituem cada fator, optou-se por adotar a terminologia comum para as três subescalas: *Confiança* (Confiança mútua, compreensão, respeito pelos pais e visão positiva ou negativa dos seus progenitores), *Comunicação* (Comunicação verbal com os pais) e *Alienação* (Isolamento e conflito com os pais).

Análise Descritiva e apresentação dos resultados

A amostra em estudo é constituída por 36 crianças/jovens sendo que 16 (44,4%) são do sexo feminino e 20 do sexo masculino (55,6%). Esta informação pode ser consultada no gráfico seguinte.



Em termos etários, verificou-se a seguinte distribuição dos participantes, por cada escalão considerado.



Observa-se deste modo que a maior parte dos participantes (58,3%) estão na faixa etária dos 13-15 anos, sendo que é de 22,2% a percentagem de participantes com 16-18 anos e de 19,4% a percentagem com 11-12 anos.

Todos os participantes frequentam anos escolares entre o 5º e o 11º sendo o mais comum, a frequência do 9º ano (M_o=9).

Quando inquiridos relativamente à idade dos progenitores verifica-se algum desconhecimento da mesma por parte dos inquiridos. Assim, 25,0% (n=9) das crianças/jovens inquiridos, desconhece a idade do pai, sendo de 11,1% (n=4) a correspondente percentagem relativamente à idade da mãe.

Ainda assim, por análise das respostas dos restantes participantes observou-se que os pais têm em média M=47,00 anos (DP=7,82) sendo a idade média das mães de M=41,72 (DP=6,17).

Este desconhecimento em relação à idade dos pais verifica-se também em relação ao seu nível de escolaridade. Deste modo, 27,8% (n=10) participantes desconhecem a escolaridade do pai sendo de 19,4% (n=7) a correspondente percentagem dos que desconhecem a escolaridade da mãe. Este mesmo desconhecimento pode observar-se em relação à profissão dos progenitores, verificando-se que 22,2% (n=8) desconhecem a profissão do pai e 19,4% revelam o mesmo desconhecimento em relação à profissão da mãe (n=7).

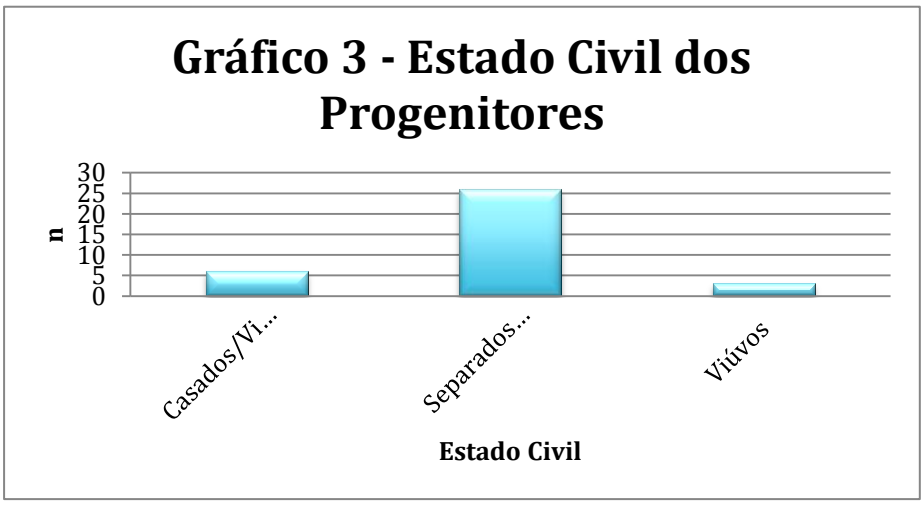
Na tabela seguinte apresentam-se as respostas dos participantes relativamente ao nível de escolaridade dos seus progenitores.

Tabela 2. *Escolaridade dos progenitores.*

		Escolaridade	
		n	**%**
Escolaridade do pai	1º Ciclo (até ao 4º ano)	18	50,0%
	2º Ciclo (5º e 6º anos)	3	8,3%
	3º Ciclo	3	8,3%
	Secundário	2	2,0%
	Desconhece	**10**	**27,8%**
Escolaridade da mãe	1º Ciclo (até ao 4º ano)	10	27,8%
	2º Ciclo (5º e 6º anos)	3	8,3%
	3º Ciclo (7º ao 9º)	10	27,8%
	Secundário	4	11,1%
	Licenciatura	2	5,6%
	Desconhece	**7**	**19,4%**

Observa-se que a maior parte dos pais apresenta como escolaridade apenas o primeiro ciclo do ensino básico (n=18; 50,0%), tendo apenas uma pequena parte, 2,0% (n=2) concluído o ensino secundário. Em relação às mães, 27,8% (n=10) concluíram o primeiro ciclo do ensino básico tendo igual percentagem frequentado o 3º ciclo do ensino básico. No entanto, neste caso, 5,6% (n=2) concluiu uma licenciatura.

No que diz respeito ao estado civil dos progenitores, apenas se verificou este desconhecimento numa única situação (n=1; 2,8%). De resto, uma elevadíssima percentagem de pais, é separado/divorciado (n=26; 74,3%) sendo de 16,7% (n=6) a percentagem dos que são casados/vivem juntos e de 8,3% (n=3) os casos em que os pais são viúvos. Esta informação está ilustrada no gráfico que se segue.



No que diz respeito à existência de irmãos, todos os participantes referiram tê-los.

Quando inquiridos em relação a quem escolhem para confidentes, uma grande percentagem de crianças/jovens referiu não escolher ninguém (n=9; 25,0%). De resto, uma parte importante, 16,7% (n=6) disse fazê-lo em relação ao seu irmão ou irmã tendo igual percentagem referido, alguém da sua idade.

Tabela 3. *Os meus confidentes.*

		"Quando estou com problemas desabafo com ..."	
		n	**%**
Confidentes	O meu pai/padrasto	5	13,9%
	A minha mãe/madrasta	2	5,6%
	O meu irmão ou irmã	6	16,7%
	Alguém da minha idade	6	16,7%
	Um(a) professor(a)	1	2,8%
	Um(a) enfermeiro ou assistente social	1	2,8%
	Um(a) animador(a) (de um clube de ATL)	1	2,8%
	Um outro adulto meu conhecido	5	13,9%
	A ninguém	9	25,0%

No sentido de perceber a forma como cada criança/jovens avalia os seus comportamentos foram-lhe colocadas questões relativas aos mesmos.

As respostas podem observar-se na tabela seguinte.

Tabela 4. *Os meus comportamentos.*

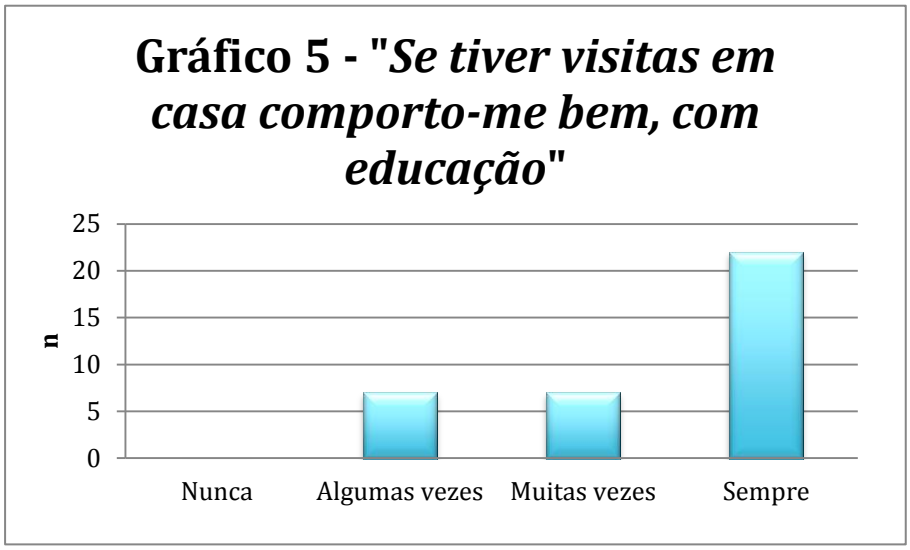
Questões	n	%
Estudo e faço os trabalhos/tarefas da escola		
Nunca	9	25,0%
Algumas vezes	11	30,6%
Muitas vezes	6	16,7%
Sempre	10	27,8%
Se tiver visitas em casa comporto-me bem, com educação		
Nunca	0	0%
Algumas vezes	7	19,4%
Muitas vezes	7	19,4%
Sempre	22	61,1%
Trago para casa avaliações da escola com bons resultados		
Nunca	6	16,7%
Algumas vezes	15	41,7%
Muitas vezes	12	33,3%
Sempre	3	8,3%
Arrumo e cuido das minhas coisas		
Nunca	0	0%
Algumas vezes	12	33,3%
Muitas vezes	6	16,7%
Sempre	18	50,0%
Saio de casa sujo ou desleixado		
Nunca	36	100%
Algumas vezes	0	0%
Muitas vezes	0	0%
Sempre	0	0%
Recebo recados da escola a dizer que me portei mal		
Nunca	25	69,4%
Algumas vezes	10	27,8%
Muitas vezes	1	2,8%
Sempre	0	0%
Minto para esconder os maus resultados		
Nunca	23	63,9%
Algumas vezes	10	27,8%
Muitas vezes	3	8,3%
Sempre	0	0%
Respeito e cumpro os horários estabelecidos (em casa, na escola, …)		
Nunca	1	2,8%
Algumas vezes	10	27,8%

Muitas vezes	14	38,9%
Sempre	11	30,6%
Luto com vizinhos ou amigos		
Nunca	19	52,8%
Algumas vezes	13	36,1%
Muitas vezes	3	8,3%
Sempre	1	2,8%
Fico furioso e perco o controlo quando algo me corre mal ou não me deixam fazer o que quero		
Nunca	14	38,9%
Algumas vezes	13	36,1%
Muitas vezes	5	13,9%
Sempre	4	11,1%
Envolvo-me facilmente em brigas		
Nunca	15	41,7%
Algumas vezes	11	30,6%
Muitas vezes	5	13,9%
Sempre	5	13,9%

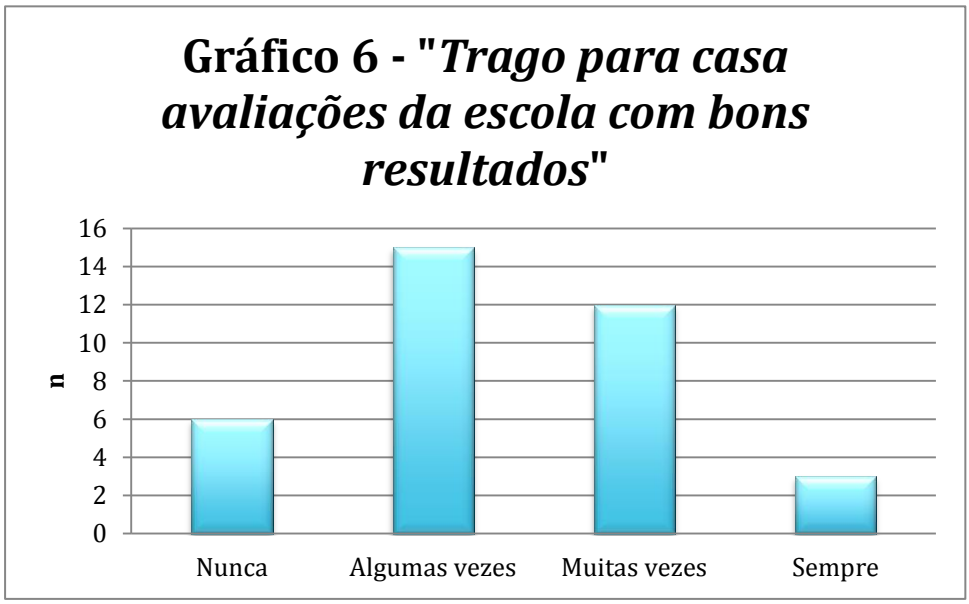
Em relação à questão "*Estudo e faço os trabalhos/tarefas da escola*", 30,6% (n=11) refere que o faz algumas vezes, 27,8% (n=10) diz que o faz sempre e 25% (n=9) afirma que nunca o faz.



Quanto à questão "*Se tiver visitas em casa comporto-me bem, com educação*", a grande maioria dos participantes refere que o faz sempre (n=22; 61,1%), sendo de 19,4% (n=7) a percentagem do que afirma que se comporta deste modo muitas ou algumas vezes.



Quanto à questão "Trago para casa avaliações da escola com bons resultados", uma grande parte dos participantes diz que essa situação acontece algumas vezes (n=15; 41,7%), sendo de 33,3% (n=12) a percentagem dos que afirmam que essa é uma situação que acontece muitas vezes. Apenas 8,3% (n=3) afirma que essa situação acontece sempre em oposição aos 16,7% (n=6) que dizem que tal nunca acontece.



Os resultados à questão "*Arrumo e cuido das minhas coisas*", apresentam-se de seguida.



Observa-se que a maior parte dos participantes considera que o faz sempre (n=18; 50,0%), sendo de 33,3% (n=12) a percentagem daqueles que dizem fazê-lo algumas vezes e de 16,7% (n=6) o correspondente valor para os que dizem que o fazem muitas vezes.

Todas as crianças/jovens, considera que nunca sai de casa, sujo ou desleixado.

No que diz respeito à questão "*Recebo recados da escola a dizer que me portei mal*", 69,4% (n=25) dizem que essa situação nunca acontece, 27,8% referem que acontece algumas vezes e 2,8% (n=1) afirma que essa é uma situação que acontece muitas vezes.



Em relação à questão "*Minto para esconder os maus resultados*", 63,9% (n=23) consideram nunca o fazer, 27,8% (n=10) diz que o faz algumas vezes e 8,3% (n=3) refere que tal situação ocorre muitas vezes.



À questão " *Respeito e cumpro os horários estabelecidos)*", 30,6% (n=11) dos participantes responderam sempre, 38,9% (n=14) responderam que o fazem muitas vezes, 27,8% (n=10) referem fazê-lo algumas vezes e apenas 2,8% (n=1) entende que nunca o faz.



Relativamente à questão "*Luto com vizinhos ou amigos*", a maior parte dos participantes neste estudo diz que nunca o faz (n=19; 52,8%), 36,1% (n=13) dizem ter este comportamento algumas vezes, 8,3% (n=3) referem que é um comportamento

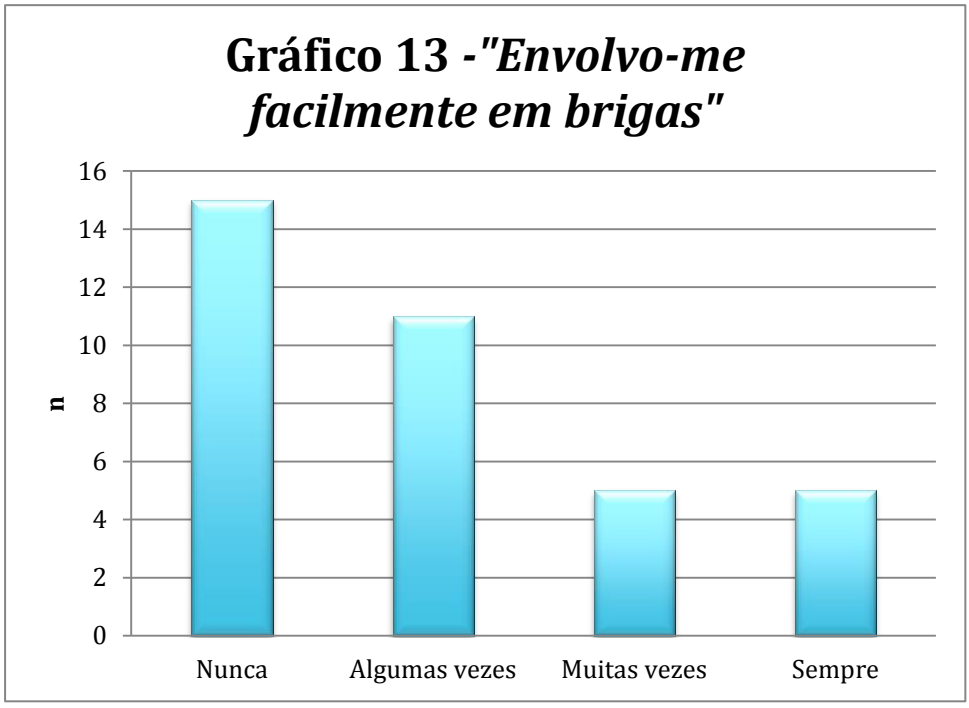
que assumem muitas vezes e apenas 2,8% (n=1) refere que este comportamento é sistemático.



No que diz respeito à questão "Fico *furioso e perco o controlo quando algo me corre mal ou não me deixam fazer o que quero*", 38,9% (n=14) dos participantes referiu que tal nunca acontece, 36,1% (n=13) diz que a situação acontece algumas vezes, 13,9% (n=5) refere que essa situação se verifica muitas vezes, sendo apenas de 11,1% (n=4) a percentagem de participantes que refere que essas situação acontece sempre.



Finalmente, relativamente à questão "*Envolve-se facilmente em brigas*", 41,7% (n=15) dos participantes dizem que essa é uma situação que nunca acontece, 30,6% refere que essa situação se verifica algumas vezes (n=11), 13,9% afirma que tal comportamento se passa muitas vezes e também 13,9% (n=11) diz que esse é um comportamento sistemático.



Em relação à pontuação da "*Escala de Vinculação aos pais*", observou-se uma pontuação média de M=86,69 (DP=18,71) tendo sido obtido um valor mínimo de 42 pontos e máximo de 119.

No sentido de determinar possíveis associações entre os resultados obtidos na escala e as questões "*Trago para casa avaliações da escola com bons resultados*", "*Minto para esconder os maus resultados*", "*Luto com vizinhos ou amigos*", "*Fico furiosos e perco o controlo quando algo me corre mal ou não me deixam fazer o que quero*" e "*Envolvo-me facilmente em brigas*", desenvolveram-se correlações de Spearman, cujos resultados se apresentam na tabela.

Tabela 5. *Correlações Rho de Spearman entre a pontuação na escala de vinculação aos pais e algumas questões comportamentais.*

	Pontuação na escala rhó
Trago para casa avaliações da escola com bons resultados	-0,18
Minto para esconder os maus resultados	0,198
Luto com vizinhos ou amigos	-0,030
Fico furioso e perco o controlo quando algo me corre mal ou não me deixam fazer o que quero	-0,126
Envolvo-me facilmente em brigas	-0,172

Não se observam assim correlações significativas, do ponto de vista estatístico entre a pontuação na escala e as variáveis aqui consideradas.

De modo a determinar uma possível influência do género e da idade na pontuação total da escala considerada foram estudadas as possíveis diferenças, recorrendo as testes não paramétricos *U de Mann-Withney* (género) e *Kruskal-Wallis* (idade). Estas diferenças não foram no entanto detetadas, já que em ambas as situações foram observados valores de *p* superiores ao nível de significância usual ($p>0.05$).

Na tabela seguinte apresenta-se a descrição da vinculação na amostra.

Observam-se valores de *Confiança* elevados, o mesmo se verificando relativamente à subescala *Alienação.*

Tabela 6. *Descrição da Vinculação na Amostra.*

	n	Mediana	Média	Desvio-padrão	Valor Máximo	Valor mínimo
Vinculação (Score Global)	36	90.00	86.14	18.23	119	42
Confiança	36	42.00	41.28	8.85	56	22
Comunicação	36	11.00	11.08	2.90	15	3
Alienação	36	19.00	19.22	5.08	30	10

Por género, os valores registados são os que a seguir se apresentam.

Tabela 7. *Descrição da Vinculação da amostra por género.*

	n	Mediana	Média	Desvio-padrão	Valor Máximo	Valor mínimo
Vinculação (Score Global)						
Rapazes	20	90.50	90.40	12.59	117	63
Raparigas	16	83.00	80.81	22.81	119	42
Confiança						
Rapazes	20	42.00	42.80	5.97	56	28
Raparigas	16	40.00	39.38	11.42	56	22
Comunicação						
Rapazes	20	12.00	12.05	1.88	15	9
Raparigas	16	10.00	9.88	3.52	15	3
Alienação						
Rapazes	20	20.00	20.25	5.25	30	10
Raparigas	16	17.50	17.94	4.71	29	10

A fim de determinar uma possível existência de diferenças estatisticamente significativas no valor das escalas e subescalas, por género, desenvolveram-se testes não paramétricos. Apenas foram registadas diferenças estatisticamente significativas no valor da subescala *Comunicação* relativamente à qual os rapazes evidenciam um valor médio mais elevado do que as raparigas ($p<0.05$).

Os valores da escala e subescala, por faixa etária, apresentam-se de seguida.

Tabela 8. *Descrição da Vinculação da amostra por faixa etária.*

	n	Mediana	Média	Desvio-padrão	Valor Máximo	Valor mínimo
Vinculação (Score Global)						
11 - 12 anos	7	83.00	81.43	17.23	111	63
13 - 15 anos	21	90.00	86.95	20.78	119	42
16 – 18 anos	8	91.00	88.13	12.02	99	60
Confiança						
11 - 12 anos	7	40.00	38.57	8.04	51	28

13 - 15 anos	21	42.00	41.52	9.68	56	22
16 – 18 anos	8	44.00	43.00	7.58	53	27
Comunicação						
11 - 12 anos	7	11.00	11.57	1.51	14	10
13 - 15 anos	21	10.00	10.48	3.47	15	3
16 – 18 anos	8	12.50	12.25	1.67	14	9
Alienação						
11 - 12 anos	7	18.00	19.29	6.87	30	10
13 - 15 anos	21	20.00	19.71	5.02	29	10
16 – 18 anos	8	17.50	17.88	3.72	25	13

De modo a determinar a possível existência de diferenças significativas tendo em conta a faixa etária, realizaram-se testes não paramétricos. No entanto, essas diferenças não se registaram nem nos valores da escala nem no de qualquer uma das subescalas.

4. Discussão e Conclusão

O presente estudo teve como objetivo central analisar a qualidade de vinculação e dos comportamentos sociais em adolescentes institucionalizados.

Iniciou-se o estudo recorrendo à análise fatorial de cada item correspondente ao inventário IPPA relativamente à amostra estudada, ao qual se evidenciou uma boa consistência interna.

Na análise dos comportamentos sociais utilizou-se um questionário sociodemográfico, de modo a averiguar a percentagem de adolescentes com comportamentos negativos (a nível de resultados escolares, dos comportamentos sociais e da tolerância à frustração).

Posteriormente foi avaliada a quantidade da vinculação, através do IPPA, e relacionámos com a faixa etária, o género e o nível de escolaridade.

Conseguimos verificar que apesar da nossa amostra apresentar um quotidiano familiar de risco, tendo sido necessária a institucionalização, apresenta uma percepção de níveis de comportamento favoráveis, o que contraria Sudbrack (2001), quando refere que a família como sendo a primeira instituição socializadora, desempenha um papel fulcral dos laços de dependência emocional entre os seus membros. É nessa dependência que diversas características da família surgem nas características do

adolescente, considerando estas não só ao nível interno do adolescente, como também do seu meio externo. Ora, para o mesmo autor a família corresponde ao meio ao qual se exercem influências recíprocas uns dos outros, influenciando a socialização.

Tendo em conta os resultados relativos ao questionário sociodemográfico denotámos que, no que diz respeito ao pai, os adolescentes desconhecem a idade dos progenitores, acontecendo o mesmo em relação ao nível de escolaridade e à profissão. Estes dados, que parecem pressagiar uma vinculação deficitária aos progenitores entre estes adolescentes, podem estar, sobretudo, associados ao afastamento de casa e da família e as circunstâncias traumáticas em que tal afastamento se deu.

Por outro lado, relativamente aos comportamentos sociais, verificou-se que a maioria dos jovens apresenta comportamentos sociais positivos, apresentando frequentemente bons resultados escolares, mostrando comportamentos escolares satisfatórios. Como refere a coletânea de Rutter, Giller e Hagell (1998), sobre os comportamentos ditos antissociais nos adolescentes, é importante que os estudos se foquem em fenómenos que possam traduzir a diversidade encontrada neste tipo de manifestações (e.g. as diferenças individuais e/ou grupais na tendência para comportamentos antissociais). Para Rutter e colaboradores (1998, *cit in*. Fonseca, 2004) as investigações que futuramente se venham a desenvolver terão de justificar e simultaneamente incorporar a integração de diversas abordagens (e.g. psiquiátrica, psicológica, criminológica e também sociológica).

Entre os fatores supracitados, que têm mostrado relacionar-se com o desenvolvimento de comportamentos negativos, a qualidade das relações familiares é sempre considerada como uma das variáveis mais significativas. Todavia, mencionar em termos globais as relações familiares não é muito elucidativo, uma vez que deixa por explicar todas as exceções e idiossincrasias (e.g. jovens de famílias de elevado risco que não se envolvem em problemas de comportamento e jovens de famílias sem problemas que se envolvem em graves problemas de comportamento). Um dos aspetos das relações familiares que tem sido analisado no contexto de desenvolvimento de problemas de comportamento refere-se às repercussões da qualidade da vinculação precoce (Cicchetti, Toth e Lynch, 1995; Soares, 2000). Com efeito, segundo os resultados apurados no nosso estudo, a maioria dos adolescentes nunca se envolve em brigas, embora se encontrem índices baixos de resistência à frustração. Estes resultados vão ao encontro ao que foi supracitado anteriormente

revelando que várias são as componentes a ter em conta para avaliar as alterações do comportamento social durante a adolescência.

Por fim, e segundo estudos defendidos, a qualidade da vinculação é significativa para o seu desenvolvimento social e afetivo (Armsden & Greenberg, 1987; Dias & Fontaine, 2001; Kenny, 1994 *cit in.* Machado & Fonseca, 2011). No entanto, e de acordo com Bowlby (1969/1982), a construção de novas relações de vinculação permite alterar modelos antes interiorizados. Deste modo, considera-se que uma intervenção junto de crianças e jovens institucionalizadas deve promover a construção novas relações de qualidade com figuras de referência, que lhe permitam desenvolver recursos afetivos e lhe garantam sentimentos de segurança e interiorização de regras sociais (Martins, 2012).

Através do nosso estudo podemos concluir que os adolescentes com famílias consideradas em risco apresentam uma percepção de bons comportamentos sociais, mostrando resultados satisfatórios a nível escolar.

Relativamente à qualidade da vinculação, este estudo dá conta que, apesar da instabilidade da retaguarda familiar, uma parte destes adolescentes apresenta, ainda assim, uma vinculação segura. A este propósito, importa destacar que os jovens que recebem a visita dos progenitores apresentam uma pontuação total no IPPA superior aos que não recebem.

Os resultados apresentados neste estudo deverão ter em conta algumas limitações metodológicas. Uma delas prende-se com a dificuldade na constituição da amostra, tendo sido o estudo efetuado com apenas 34 adolescentes, o que resulta na menor potência estatística dos testes utilizados.

Para futuros estudos, seria interessante averiguar se existe alguma associação entre a qualidade da vinculação e os anos de institucionalização dos adolescentes. Seria também pertinente realizar um estudo comparativo entre adolescentes institucionalizados e não institucionalizados, a fim de poder observar as diferenças entre comportamentos sociais e a qualidade da percepção dos comportamentos de vinculação aos pares e aos pais entre ambos.

Contudo, esperamos ter contribuído com este estudo para estimular a realização de estudos futuros sobre a qualidade da vinculação e os comportamentos sociais associados em adolescentes institucionalizados.

5. Referências bibliográficas

Ainsworth, M. (1969). Object, Relations, Dependency, and Attachment: A Theoretical review of the Infant-Mother Relationship. *Child Development(40)*: 969-1025.

Almeida, A. (1997). *As relações entre pares em idade escolar. Um estudo de avaliação da competência social pelo método Q-sort.* Tese de Doutorado, Universidade do Minho, Braga.

Almeida, J. (1987) . *Adolescência e Maternidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Barlett, M.S. (1954). A note of multiplying factors for various Chi-square Approximations. *Journal of the Royal Statistical Society* (B). 16: 296-298.

Bolsoni-Silva, A. (2002). Habilidades sociais: breve análise da teoria e da prática à luz da análise do comportamento. *Interação em Psicologia*, 6(2): 233-242.

Bolsoni-Silva, A. & Marturano E. (2002). Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. *Estudos de Psicologia* 7(2): 227-235.

Bowlby, J. (Julho, 1998). *Separação – Angústia e Raiva*. 3ª Edição. Martins Fontes: São Paulo.

Bowlby, J. (1959). The Nature of the child's Tie to His Mother. *International Journal of psychoanalysis* nº 39: 350-373.

Bowlby, J. (Agosto, 1985). *Perda, Tristeza e Depressão*. 1ª Edição. Martins Fontes: São Paulo.

Brazelton, T. & Cramer, B. (1991). *The Earliest Relationship: Parents, Infants and the Drama of Early Attachment*. Karnac Books: London.

Carvalho, M. A. D. (2007). *Vinculação, Temperamento e processamento da informação: Implicações nas perturbações emocionais e comportamentais no início da adolescência.* Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

Vale, D., & Costa, M. (1998). *A violência nas escolas.* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Fernandes, I. (2012). *Delinquência Juvenil: Vinculação aos pais e educação parental.* Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação: Porto.

Figueiredo, E., Ferronha, J., Vaz, J., Costa, M., Fleming, M. (1983). Conflito adolescente-progenitores e autonomia: abordagem psicológica. *Análise Psicológica* (IV): 41-54.

Fleming, M. (2005). Adolescent Autonomy: Desire, Achievement and Disobeying Parents between Early and Late Adolescence. *Australian Journal of Education and Development Psychology*, 5, 1-16.

Fonseca, A. (2004). *Comportamento Anti-Social e Crime. Da infância à idade adulta.* Coimbra: Almedina.

Guedney, N. & Guedney, A. (2004). *Vinculação Conceitos e Aplicações.* Lisboa: Climepsi.

Lebovici, S. (1987). *O bebê, a mãe e o psicanalista*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Machado, T. & Fonseca, A. (2011). Vinculação aos pais, ambiente familiar e percepção de competência e bem-estar em adolescentes portugueses. *Actas do II*

International Congress – Interfaces of Psychology: Quality of Life...Living with quality: 14-15. Universidade de Évora.

Machado, T. & Oliveira, M. (2007). Vinculação aos pais em adolescentes portugueses: o estudo de Coimbra. *Psicologia e Educação*, 1, 97-115.

Magalhães, T. (2004). *Maus tratos em crianças e jovens* (3ª ed.). Coimbra: Quarteto.

Marinho, M. & Caballo, V. (2002). Comportamento Anti-Social infantil e seu impacto para a competência social. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 3 (2): 141-147.

Martins, E. (2012). Intervenção com crianças institucionalizadas em centros de acolhimento temporário ou lares de infância e juventude. In S. Neves (Org.), *Intervenção psicológica e social com vítimas* – vol. 1. (pp. 141-162). Coimbra: Editora Almedina.

Matos, P. (2003). O conflito à luz da teoria da vinculação. In M. E. Costa (Coord.), *Gestão de conflitos na escola* (pp. 144-191. Lisboa: Universidade Aberta.

Mota, C. & Matos, P. (2008). Adolescência e Institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*; 20 (3): 367-377.

Mota, C. & Matos, P. (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise Psicológica*, 2 (XXVIII): 245-254.

Pestana, M. H., & Gageiro, J.N. (2005). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Ribeiro J. & Sousa M. (2002). Vinculação e Comportamentos de Saúde: Estudo exploratório de uma escala de avaliação da vinculação em adolescentes. *Análise Psicológica, 1 (xx)*: 67-75.

Schaffer, R. (1996). *Desenvolvimento Social da Criança*. Lisboa: Instituto Piaget.

Silva, A. (2004). *Desenvolvimento de Competências Sociais nos Adolescentes*. Lisboa: Climepsi.

Silverberg, S. B. & Steinberg, L. (1987). Adolescent Autonomy, Parent-Adolescent Conflict, and Parental Well-Being. *Journal of Youth and Adolescence*, 16(3), 293-312.

Simões, M.R. (1995). Política e moral da avaliação psicológica: Considerações em torno de problemas éticos e deontológicos. *Avaliação Psicológica:* Formas e Contextos, 3, 155-162.

Simões, S., Farate C., Soares I., Pocinho M. (Fevereiro 2011). *A importância dos estilos educativos parentais para o comportamento de vinculação das crianças em idade escolar.* I Congresso de Psicologia do Desenvolvimento. Lisboa.

Soares, I. (2000). Psicopatologia do desenvolvimento e contexto familiar: Teoria e investigação das relações de vinculação. In I. Soares (Coord.). *Psicopatologias do desenvolvimento: Trajetórias (in)adaptativas ao longo da vida.* Coimbra: Quarteto.

Spear, H. J. & Kulbok, P. (2004). Autonomy and Adolescence: A Concept Analysis. *Public Health Nursing*, 21(2), 144-152.

Strech, P. (2002). *Crescer vazio: repercurssões psíquicas do abandono negligência e maus tratos em crianças e adolescentes.* Lisboa: Assínio e Alvim

Strecht, P. (2005). *Vontade de Ser: Textos sobre Adolescência.* Lisboa: Assírio & Alvim.

Sudbrack, M. F. O. (2001). Terapia familiar sistêmico. In S. D. Seibel & A. Toscano (Orgs), *Dependência de drogas* (pp. 403-415). São Paulo: Atheneu.

Trevarthen, C. (2003). Infant psychology is an evolving culture. *Human Development*, 46, 233-246.

Vagos, P. (2006). *Assertividade e comportamento assertivo: a gestão do Eu, Tu, Nós*. Departamento de ciências e educação: Aveiro.